

Ata n.º 62

Reunião do Conselho Intermunicipal  
da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra  
(Extraordinária)

No dia 24 de outubro de 2017, pelas 10h30m, no Município de Oliveira do Hospital, reuniu o Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra devidamente convocado pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, João Ataíde das Neves, ao abrigo da alínea c) do artigo 92.º, e do n.º 2 do artigo 89º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**Ponto único:**

Incêndios na Região de Coimbra

---

À hora anunciada na convocatória, o Presidente do Conselho Intermunicipal, João Ataíde das Neves, deu início à reunião, após a verificação de existência do quórum necessário.

Da lista de presenças que se anexa como número um à presente ata, registou-se que participaram na reunião:

Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Luís Paulo Carreira Fonseca Costa;

Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz Gomes de Oliveira;

Presidente da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, Nuno Moita da Costa;

Presidente da Câmara Municipal de Góis, Maria de Lurdes Oliveira Castanheira;

Presidente da Câmara Municipal da Lousã, Luís Miguel Correia Antunes;

Vice-Presidente da Câmara Municipal da Mealhada, Guilherme José Campos Duarte;

Presidente da Câmara Municipal de Mira, Raul José Soares de Almeida;

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, Ana Maria dos Santos Marreco e Rosa de Gouveia;

Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, Emílio Augusto Ferreira Torrão;

Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, José Júlio Norte;

Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, José Carlos Alexandrino Mendes;

Vice-Presidente da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra, Jorge Alves Custódio;

Presidente da Câmara Municipal de Penacova, Humberto José Batista Oliveira;

Presidente da Câmara Municipal de Penela, Luís Filipe Lourenço Matias;

Presidente da Câmara Municipal de Soure, Mário Jorge Nunes;

Presidente da Câmara Municipal de Tábua, Mário Almeida Loureiro;  
Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, João Miguel Sousa Henriques.

Estiveram igualmente presentes na reunião, o Senhor Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, Eng.º Miguel de Freitas, a Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Prof.ª Ana Abrunhosa, a Vogal Executiva do Centro 2020, Dr.ª Isabel Damasceno, o Presidente do ICNF, Eng.º Rogério Rodrigues, a Diretora da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, Eng.ª Adelina Matos, o Senhor Diretor do Centro Distrital da Segurança Social, Eng.º Ramiro Miranda, do CODIS, Carlos Luís Tavares, assim como o Secretário Executivo Intermunicipal, Jorge Brito.

---

#### **Ponto único:**

Incêndios na Região de Coimbra

O Presidente do CI começou por expressar solidariedade e condolências às famílias e aos municípios mais diretamente afetados por esta calamidade pública.

Prosseguiu a sua intervenção, agradecendo a presença de todos os convidados nesta reunião extraordinária do CI, assim como aos representantes dos municípios. De seguida procedeu à leitura do documento de tomada de posição da CIM Região de Coimbra, face à calamidade pública causada pelos incêndios dos dias 15 e 16 de outubro, documento que constará como anexo à presente ata, sugerindo contributos ao mesmo por parte dos presentes caso entendam ser necessário.

Interveio o Presidente da CM de Oliveira do Hospital saudando de uma forma especial a presença do Senhor Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, pois entende que este terá um papel preponderante, cumprimentou os restantes convidados individualmente. Destacou a presença dos Presidentes das Câmaras Municipais de Arganil e Cantanhede desejando-lhes as maiores felicidades.

De uma forma emotiva expressou a sua solidariedade para com os outros municípios afetados por estes incêndios florestais de características muito próprias, dizendo não se lembrar de nada semelhante. Criticou a falta de investimento no interior da última década, entende que a atual falta de prevenção, atendendo às previsões do IPMA, foi um fator determinante para os trágicos acontecimentos, isto apesar de considerar de rara excecionalidade as circunstâncias em que o seu município se viu envolvido.

De seguida o Comandante Distrital de Operações de Socorro de Coimbra fez uma apresentação detalhada da atividade operacional do dia 15 de outubro, não sem antes dizer

que foi feito tudo o que estava ao seu alcance para tentar minimizar os efeitos de um incêndio violento, eruptivo, que sem sombra de dúvida sofreu a influência do furacão Ofélia. Prosseguiu a sua intervenção fazendo uma explanação exaustiva dos trabalhos desenvolvidos, dos meios disponíveis, que considerou insuficientes para fazer face a estas ocorrências florestais, da área ardida, das falhas do Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP) e apresentou os extratos da fita de tempo que davam conta da “impotência” sentida pelas diversas forças em todo o território nacional.

Interveio o Senhor Diretor do Centro Distrital da Segurança Social agradecendo a oportunidade para explicar a articulação realizada nos doze municípios afetados pelos incêndios, dando nota dos 97 recursos humanos deslocados para o terreno, desde o elemento que se encontra no comando das operações (ele próprio) até às equipas que se encontram no local (técnicos de serviço social e psicólogos), durante o período de 15 a 22 de outubro. Mais salientou que após esta fase no terreno, os serviços locais de acompanhamento em permanência, localizados nos concelhos, fizeram o levantamento das necessidades (alojamento, alimentação, vestuário, entre outras) tendo sido sinalizados 552 agregados familiares que foram devidamente acompanhados e apoiados nas diversas carências.

Deu nota da realização de uma sessão informativa, realizada em Oliveira do Hospital, sobre o regime de *layoff* propondo que no âmbito da CIM se organizem novas sessões sobre esta temática, referindo que a Segurança Social encontra-se à disposição para auxiliar no que for preciso. Sugere que tanto a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) como o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) estejam presente nas sessões, por forma a serem prestados melhores esclarecimentos das situações. Salientou, ainda, que qualquer pedido das zonas afetadas é prioritário em relação aos demais.

Tomou a palavra a Senhora Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) elogiando o documento de tomada de posição apresentado pela CIM Região de Coimbra. Agradeceu os inúmeros contributos dos municípios, fornecidos em momentos muito difíceis, o que permitiu criar uma primeira imagem do cenário para análise do Conselho de Ministros Extraordinário, permitindo também que as medidas comesçassem a ser desenhadas. No que concerne ao apoio às primeiras habitações afetadas (permanentes), salientou que o Governo, através do OE, separou uma verba de 30 milhões de euros, que poderá vir a ser reforçado, destinado a este fim. O processo irá ser gerido pela CCDRC, com o apoio de empresas que irão ajudar a fazer o levantamento dos prejuízos pelos municípios que identificaram o maior número de habitações afetadas, sempre com o apoio das autarquias. Realçou que esse levantamento deverá estar concluído no dia 03 de novembro, que se prepara um documento legal que propõe uma série de medidas anunciando que a primeira medida

contempla que os prejuízos até cinco mil euros possam ser acautelados de imediato. Informou que está prevista a alteração do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE) para simplificar procedimentos, serão feitas as devidas ligações à ARS e à Segurança Social quando se verificar essa necessidade. Salientou que caberá à CCDRC a adjudicação e fiscalização das construções, com o envolvimento das autarquias, e que as entidades externas que pretendam ajudar devem sempre articular –se com as autarquias.

Relativamente ao apoio às segundas habitações em territórios de baixa densidade sugeriu que se aproveitasse a generosidade dos donativos, por exemplo. Já em relação às casas devolutas “essas não entram na equação”.

Salientou que, neste caso, a dimensão do prejuízo das empresas é superior ao verificado em Pedrogão Grande, existem zonas industriais completamente destruídas, deu nota que o Governo lançou o programa a fundo perdido no valor até 100 milhões de euros, que podem ser reforçados, para apoiar a aquisição de equipamentos arduos ou a reconstrução de instalações por parte das várias empresas afetadas, aconselhando que as empresas comecem a recorrer aos seguros próprios e solicitem orçamentos, referindo que as empresas poderão pedir um adiantamento de 25% até ao limite de 500 mil euros.

Prosseguiu dizendo que o Fundo de Emergência Municipal servirá para apoiar os equipamentos e infraestruturas municipais afetados, em seu entender a 100%, à semelhança do sucedido em Pedrogão. Pretende-se abrir para a próxima semana o aviso para as empresas, sugerindo que se entre em contacto com a CCDRC caso exista alguma dúvida, solicitando a indicação de três pontos focais para melhor agilização do processo.

Referiu que outra das medidas vai para as zonas industriais mais afetadas e se prevê a abertura de aviso de concurso para a reconstrução das mesmas que sairá do Centro 2020. Adiantou ainda que existem 50 milhões de euros constantes da resolução do Conselho de Ministros para diversificar a base produtiva, pretendendo que fosse destinado a pequenos projetos de internacionalização.

Interveio o Presidente da CM de Penela dizendo que se tem assistido a um conjunto de políticas públicas que não tem tido em consideração os princípios de solidariedade, nem de subsidiariedade dos territórios de baixa densidade. Em seu entender poderia ter sido feito um investimento preventivo e estrutural não só no âmbito do ordenamento do território da floresta mas naquilo que é a diversificação da base económica local que não tem sido feito. Entende que se deve exigir do Estado, de todos, a atenção e o cuidado que devem ter com estes territórios.

Tomou a palavra o Vice-Presidente da CM da Pampilhosa da Serra lamentando estar novamente a discutir este assunto, visto que o seu município também foi afetado pelos incêndios de Pedrogão Grande há 4 meses atrás, tendo ardido 80% do seu território e as aldeias quase completamente dizimadas. Perguntou se no caso das medidas de apoio às segundas habitações, muito importantes para o concelho da Pampilhosa, se poderá ter outro mecanismo de apoio que não apenas os donativos. Mostrou-se preocupado com a continuidade das unidades hoteleiras e do turismo rural que sofrem repercussões terríveis com toda esta situação.

Interveio a Presidente da CM de Góis dizendo que a realidade do seu município é muito semelhante à da Pampilhosa da Serra, existe cerca de 75% de área ardida, muitas habitações afetadas, os poucos recursos humanos camarários existentes estão exaustos ainda não refeitos do anterior incêndio, entendendo que deverá existir uma maior abertura para contratação de pessoal.

Em resposta às questões colocadas a Sra. Presidente da CCDRC afirmou que a prioridade no primeiro momento é dirigido para as primeiras habitações, em relação ao turismo informou que o Programa Revitalizar irá ser estendido a este território e que os municípios devem apresentar uma candidatura a este programa. Compreende a preocupação da Presidente da CM de Góis e apenas solicita alguém do município para acompanhar os técnicos da CCDRC a fazer o trabalho.

O Presidente da CM de Condeixa-a-Nova mostrou-se solidário com todos os municípios que foram afetados pela tragédia que assolou a região. Julga que as medidas anunciadas vão de encontro às expetativas de todos, mas é preciso apostar também na formação não só dos bombeiros, mas também de toda a população. Sugeriu a criação de um fundo por parte dos municípios menos afetados por esta catástrofe por forma a ajudar de forma concreta os municípios mais lesados. Sobre este assunto o Presidente do CI recordou que já existe uma conta bancária para recolha de donativos.

Tomou a palavra o Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, começando por agradecer o convite para estar presente nesta reunião lamentando as circunstâncias atuais, a tragédia abatida sobre toda a região, a perda patrimonial e das pessoas e conseqüentemente do país. Mostrou-se solidário com as populações afetadas e referiu que serão unidos esforços entre Governo, autarcas e instituições para ultrapassar esta situação tão gravosa.

Para o Governo urge fazer uma estabilização imediata na área florestal ardida, adiantou que os projetos de Pedrogão Grande estão prontos para arrancar tendo os municípios assumido a

liderança do projeto. Deu nota que os relatórios do ICNF ficarão prontos no dia 10 de novembro e de seguida serão os municípios oficiados para que os Gabinetes Técnicos Florestais, em articulação com o ICNF, possam desenvolver o trabalho mesmo que os projetos ainda não se encontrem aprovados. Recordou que o estado de calamidade acaba com a burocracia, informando também que está a ser feito o levantamento das necessidades agrícolas.

Prosseguiu dizendo que as CIM são um instrumento essencial para o trabalho a desenvolver sobre o planeamento florestal, que vale a pena criar gradualmente unidades de planeamento à escala intermunicipal em estreita colaboração com a tutela. Informou que se encontra neste momento, em fase de conclusão, os Planos Regionais de Ordenamento Florestal onde serão incorporadas as questões relacionadas com os incêndios.

Apontou ainda que é intenção do Governo construir gabinetes técnicos intermunicipais para poder dar uma resposta atempada a de cada um dos casos, referindo que se deve repensar o modelo de equipas de sapadores florestais, olhando para o que existe no território com a criação de brigadas intermunicipais, assim como, entende o Governo, que deverá haver um envolvimento com as CIM para a colocação de centrais de biomassa até 3 MW.

Elogiou o projeto apresentado por esta CIM ao POSEUR, no que concerne ao programa da Defesa contra incêndios, que considerou um “bom exemplo do que se pretende fazer com as CIM” e um trabalho muito importante como é o caso do fogo controlado, da gestão de combustíveis, solicitando à CIM que colabore com o Governo para melhor planeamento do trabalho a desenvolver e cujo trabalho será espelhado na resolução do Conselho de Ministros.

Prosseguiu dizendo que está em curso a reforma relativamente à prevenção e combate a incêndios onde se prevê um novo modelo de reforço do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). Afirmou que o Governo designou uma unidade de missão, que terá como principal objetivo conduzir o processo de transformação do atual modelo de prevenção e combate, para o modelo futuro.

Finalizou dizendo que deve ser criado um comando único para coordenação dos sapadores florestais dando a este trabalho importante uma nova dignidade.

A reunião prosseguiu com intervenções dos circunstantes onde foram abordados alguns assuntos nomeadamente descoordenação dos meios disponíveis, profissionalização dos corpos de bombeiros, reforço dos equipamentos existentes, apoio às populações e às empresas, eliminação de barreiras administrativas, proteção da orla costeira, limpeza de estradas municipais, reequipamento do parque de máquinas dos GAL, reordenamento do território, intervenção em parques de campismo afetados e na reflorestação.

O Presidente do CI entende que se deve estender as faixas de proteção a grandes unidades industriais, recordou o caso de Mira e Figueira da Foz, a questão do emparcelamento deve ser analisada assim como a recuperação das matas nacionais e a renaturalização das espécies.

Interveio o Diretor do Centro Distrital da Segurança Social aludindo às medidas de apoio imediatas às empresas aplicadas no caso de Pedrogão, designadamente a isenção do pagamento de contribuições à Segurança Social (SS) durante um período de seis meses, prorrogável até ao máximo de igual período para empresas e trabalhadores independentes, a dispensa parcial do pagamento de contribuições à SS 50% da taxa contributiva à entidade empregadora durante três anos para empresas que contratem pessoas em situação de desemprego, e por fim período de seis meses de diferimento no pagamento de contribuições para empresas no setor do turismo diretamente afetadas pelos incêndios (alojamento local, empreendimentos turísticos e estabelecimentos de restauração e bebidas).

A Presidente da CCDRC respondeu que a data de elegibilidade da despesa será a data do dia do incêndio, e que mesmo as casas que foram entretanto reconstruídas pelos próprios devem apresentar todos os documentos de despesa. No que toca às habitações referiu que será a CCDRC a tratar da parte procedimental (adjudicar os levantamentos, os projetos, as obras e a fiscalização) solicitando apoio aos municípios na disponibilização de recursos humanos para acompanhamento de todas as situações.

Acrescentou que no caso das empresas estas serão autónomas e posteriormente serão analisados todos os documentos apresentados pelas mesmas. Prosseguiu respondendo às várias questões suscitadas pelos presentes, salientando que a prioridade neste momento vai para a reconstrução das primeiras habitações, aproveitou para solicitar aos municípios o reporte de todas as despesas efetuadas a fim de serem as mesmas analisadas, existindo toda a abertura da CCDRC para estudar os casos à medida que vão surgindo.

Tomou a palavra a Diretora Regional de Agricultura e Pescas do Centro dizendo que ao contrário do que se verifica na CCDRC, o início dos trabalhos devem ser comunicados à Direção Regional de Agricultura e Pescas, com uma antecedência mínima de 72 horas caso contrário corre-se o risco de não vir a ser elegível a despesa caso não exista esse relatório de vistoria, são as regras instituídas. Referiu, ainda, que o Ministério da Agricultura concede um apoio à reconstituição ou reposição do potencial produtivo das explorações agrícolas danificadas, um apoio à atividade produtiva primária.

Interveio o Presidente do ICNF dizendo que os Gabinetes Técnico Florestais devem promover todas as diligências no sentido de ir adiantando as candidaturas, que esta entidade irá dar cumprimento ao despacho do Secretário de Estado relativamente à elaboração de um relatório

das ocorrências de incêndios que afetaram as matas nacionais, que serão apresentadas medidas de estabilização de emergência e de reabilitação dos ecossistemas nas áreas ardidas.

Interveio o Secretário de Estado salientando que relativamente às matas públicas a decisão do Governo é que tudo aquilo que for receita feita de cada uma das matas públicas ficará nas matas públicas e seus perímetros florestais. Propõe-se que no prazo de 4 meses seja apresentado um plano para as matas públicas e serão submetidas candidaturas ao PDR focadas nesta temática.

Prosseguiu a sua intervenção dizendo que tanto o Estado como os municípios têm de criar áreas de descontinuidade florestal e diversificação florestal. Relativamente às máquinas de apoio e combate aos incêndios informou o CI que o POSEUR foi alertado para a necessidade de ter uma verba para a aquisição deste tipo de equipamento.

O Presidente do CI agradeceu a presença do Senhor Secretário de Estado e demais entidades presente nesta reunião e de seguida foi feita uma breve interrupção dos trabalhos para almoço.

A reunião foi retomada, contando agora apenas com a presença dos representantes dos municípios a fim de se analisar ponto a ponto do documento de tomada de posição desta CIM face à calamidade pública causada pelos incêndios de 15 e 16 de outubro último.

Neste âmbito, foram prestados diversos contributos que constarão do documento final que se encontra como anexo à presente ata, tendo ficado deliberado, por unanimidade, enviar o referido documento ao conhecimento do Senhor Primeiro-ministro, Dr. António Costa, solicitando-lhe igualmente uma reunião de trabalho com vista à apresentação das trinta e duas medidas ali elencadas.

---

Antes de encerrar os trabalhos, o Presidente do CI propôs aos presentes que a ata e as deliberações desta reunião sejam aprovadas em minuta para que tenham a eficácia devida.

E não havendo mais nada a tratar, deu por encerrados os trabalhos eram dezasseis horas e dez minutos.

De tudo o que ocorreu no decurso dos trabalhos, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente do CI, João Ataíde das Neves e pela Assistente Técnica, Gisela Parreiral, que secretariou a reunião.

O Presidente do Conselho Intermunicipal

---

(João Ataíde das Neves)

A Assistente Técnica que secretariou a reunião

---

(Gisela Parreiral)